



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

A.Aspectos Gerais do Estado

A.1. Dados de geografia física e humana.

O Estado do Maranhão com capital em São Luís está localizado na região Nordeste do Brasil e tem como limites o Oceano Atlântico (N), o Piauí (L), Tocantins (S e SO) e o Pará (O). É a fronteira entre o Nordeste seco e a Amazônia indômita, com mais de seiscentos quilômetros de litoral (o segundo maior do Brasil, depois da Bahia). Os principais recursos naturais são: calcário, ouro, gesso, gás natural, cobre, gipsita, argila e água doce.

Com Área de 331.983,293 km² é o segundo em tamanho do Nordeste. Possui ao todo 217 (duzentos e dezessete) municípios. O clima é equatorial na região Oeste e tropical no restante do território.

O Maranhão só fez a inversão rural-urbana em meados dos anos 1990 (precisamente em 1996), cerca de trinta anos depois que essa inversão ocorreu no país, e em 2014 continuava sendo o estado com maior percentual de pessoas residentes em áreas rurais: 41,8% (IBGE; IMESC, 2016). A população de 2015 foi estimada pelo IBGE em 6.904.241 habitantes e a de 2016, em 6.954.036.

Tomando dados do Censo 2010-IBGE, O Maranhão possuía uma população de 6.569.683 (corrigida), distribuída de forma irregular em uma área de 331.983 km², o que correspondia a uma densidade demográfica de 19,8 hab./km². Em 2016, essa densidade subiu para 20,95 hab./Km².

A.2. Produto Interno Bruto - PIB

Com um PIB de R\$ 76,842 bilhões o Maranhão (no ano de 2014) continuou na 17^a posição no ranking nacional e na 4^a posição no Nordeste (em termos de população, ocupa a 10^o posição nacional e também a 4^a no Nordeste). Com um crescimento real do PIB em 2014 de 3,9%, ficou na oitava posição nacional em termos de taxa de variação real anual, tendo sido a variação do PIB do Brasil de 0,5% no mesmo período. (IBGE, IMESC). Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 1 - PIB per capita Brasil, Nordeste e Maranhão. 2010-2014.

Se considerarmos a taxa de variação real acumulada de 2010 a 2014, o Maranhão ocupa a terceira posição. As projeções do IMESC para 2015 e 2016 apontam retrações do PIB real do estado, respectivamente de -3,7% e -4,8%, denotando o impacto da crise econômica nacional e internacional na economia maranhense. A série histórica (2010-2014), entretanto, indica uma tendência de crescimento acima do crescimento nacional o que, juntamente com a condição de fronteira nova de desenvolvimento, pode acrescentar diferencial na busca de uma recuperação do nível de atividade, antes mesmo da retomada nacional, especialmente se houver concretização de investimentos externos diretos no curto prazo.

O PIB per capita de 2014 foi de R\$ 11.216,00, enquanto a renda per capita domiciliar medida pela PNAD Contínua do IBGE foi de R\$ 461,00, o que mostra a deficiência do primeiro indicador com relação à renda real das pessoas.

Em 2014 houve uma diminuição da participação dos setores Indústria e Agropecuária e um crescimento apenas do setor de serviços (principal ramo de atividade econômica no Estado). Mas no acumulado de 2010 a 2014, a indústria aumentou sua participação de 16,7% para 17,9% do total do Valor Adicionado Bruto (VAB). Para 2015 e 2016 não há disponibilização de dados, mas a arrecadação tributária desses segmentos indica uma permanência aproximada do quadro de participação de 2014. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 2 - PIB MA por Grupo de Atividades mais Impostos Líquidos. 2010-2014 e Gráfico 1 - Participação das Atividades no VAB/MA. 2010-2014.

2 Situação Fiscal do Estado

Equilíbrio fiscal



No ano de 2016, atravessamos, assim como os demais Estados, uma das maiores crises econômicas do nosso país com reflexos no setor público. Enquanto alguns Estados decretaram situação de "calamidade financeira", o Maranhão realizou um esforço hercúleo para não adentrar nessa seara tanto do lado das Receitas quanto do lado das Despesas.

Para financiar as nossas políticas públicas, contamos com o trabalho incansável da SEFAZ que bateu recordes na arrecadação do ICMS. Além disso, destaca-se as operações de crédito visando aliviar o caixa do Estado, haja vista a retração das transferências do governo federal em meio a este momento delicado. No final desse exercício, ainda fomos brindados com o envio de recursos, esporádicos e tempestivos, provenientes da Repatriação do Imposto de Renda do Exterior.

Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 3 - Informações fiscais relevantes.

Nesse sentido, através de muito trabalho e com uma gestão fiscal eficiente, conseguimos: pagar os salários dos servidores em dia, realizar concursos públicos, cumprir com as obrigações do serviço da dívida (interna e externa), elevar levemente o custeio da máquina pública, aumentamos consideravelmente o pagamento de precatórios e sentenças judiciais e, principalmente, realizamos investimentos na ordem de um bilhão reais visando o desenvolvimento do Estado Maranhão.

Resultado Primário e Resultado Nominal

No âmbito da LRF, o Resultado Primário - RP apresentou evolução positiva saindo de um déficit da ordem de R\$ 438,7 milhões para um superávit de R\$ 190 milhões no período observado. No tocante ao Programa de Ajuste Fiscal - PAF, o qual apresenta metodologia diferente da apuração da LRF, uma vez que este Programa inclui apenas a fonte Tesouro, registrou déficit nos três anos em evidência, saindo de R\$ 646 milhões em 2014 para R\$ 506 milhões em 2016. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 4 - Resultado Primário na ótica da LRF e do PAF de 2014 a 2016.

Cumprir destacar que o Maranhão cumpriu todas as metas estabelecidas pelo PAF, com exceção da meta 5, o que caracteriza o Estado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2015.

No que se refere ao Resultado Nominal - RN, o qual é constituído pela soma do RP com os Juros Nominais, em 2016 o Maranhão registrou superávit de R\$ 1,2 bilhão, ante a previsão de déficit de R\$ 370,8 milhões. Assim, a Dívida Fiscal Líquida - DFL do Estado registrou o montante de R\$ 5,3 bilhões, 18% menor que 2015 .

Trajatória da Dívida Pública do Maranhão

Com o bom desempenho do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS de R\$ 960 milhões e com o incremento dos recursos da Repatriação de R\$ 420 milhões, o Maranhão conseguiu reduzir o estoque da DC e da DCL. Entre 2016 e 2015, mesmo com o cenário adverso econômico e politicamente, houve redução no volume de endividamento. No caso da DC, a diminuição foi da ordem de R\$ 332 milhões. Já a DCL registrou retração no seu volume de R\$ 1,2 bilhão. Este desempenho é creditado, especialmente, na contração da Dívida Externa (R\$ - 571 milhões). Outra maneira de observar essa melhora é por meio da relação da DC e da DCL com a Receita Corrente Líquida - RCL, uma vez que ambas retornaram, praticamente, ao mesmo percentual do terceiro quadrimestre de 2014, vide Tabela 5. Cumprir destacar que a DCL registrou diminuição de 9,2 pontos percentuais na comparação do terceiro quadrimestre de 2014 com o mesmo período de 2016. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 5 - Demonstrativo da Dívida Consolidada - DC referente aos quadrimestres dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Nesse contexto de endividamento público, o Maranhão vem cumprindo com os parâmetros estabelecidos pela LRF e, também, é importante destacar que, o Estado possui limites confortáveis de endividamento e não corre o risco, atualmente, de ser penalizado, com a não realização de Operações de Crédito Interna ou Externa.

Despesas com Pessoal em relação a RCL



No que se refere a Despesa com Pessoal - DP sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, cumpre mencionar a evolução da Despesa com Pessoal do Poder Executivo no período entre os quadrimestres de 2014 a 2016. Entre os quadrimestres de 2015 e 2014, o Poder Executivo registrou aumento de 16,9% (R\$ 663 milhões). Já entre 2016 e 2015, o aumento foi de 5,9% (R\$ 269 milhões). Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 6 - Despesa com Pessoal por Poderes e Receita Corrente Líquida - RCL referente ao terceiro quadrimestre dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Na Tabela 7, temos os Limites de DP em relação a RCL pré-definidos pela LRF. Na ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a DP em relação à Receita Corrente Líquida - RCL apresentou retração de 3,8 pontos percentuais na comparação do terceiro quadrimestre do Exercício de 2016 com o mesmo período de 2015. Além disso, o patamar do terceiro quadrimestre de 2016 é equivalente ao primeiro quadrimestre de 2015 (39,2%). Assim, cumpre mencionar que essa diminuição ocorreu por conta do aumento da RCL, via crescimentos do ICMS e do FPE (Repatriação), que saiu de R\$ 10,8 bilhões, no primeiro quadrimestre, para R\$ 12,4 bilhões no terceiro quadrimestre de 2016. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 7 - Limites da Despesa com Pessoal por Poderes do terceiro quadrimestre dos anos de 2014, 2015 e 2016 em %.

Como se observa, no Estado do Maranhão há margem para aumento das DP, dado que a relação DP com RCL, auferidas nos últimos três exercícios, está aquém dos Limites da LRF.

Receitas

Apesar da profunda recessão econômica que está em curso no País, o Maranhão obteve um excelente nível de crescimento nas principais rubricas que compõem o seu rol de receitas (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Fundo de participação do Estados - FPE), Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 8 - Evolução das principais receitas públicas do Estado do Maranhão entre 2014 a 2016. Na oportunidade, é importante salientar o crescimento de dois dígitos das Receitas Tributária (17,0%), de Transferência (15,0%) e de Capital (35,6 %).

Do lado da Receita Tributária, destaca-se o aumento de, aproximadamente, R\$ 970 milhões do ICMS, entre 2015 e 2016 . Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 9 - Evolução das principais rubricas da Receita Tributária do Estado do Maranhão entre 2014 a 2016.

No que se refere às Receitas de Transferências, o FPE (75,3% das Receitas Transferidas) registrou aumento de 14% (R\$ 773,1 milhões) em 2016, comparado ao ano anterior. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 10 - Evolução das principais rubricas da Receita de Transferência do Estado do Maranhão entre 2014 a 2016.

Credita-se este crescimento à inserção dos recursos oriundos da Repatriação de Recursos de Residentes no Exterior, o que suscitou receita adicional aos entes da Federação. Tratou-se de um incremento de, aproximadamente, R\$ 420 milhões, em termos reais e líquidos para o Maranhão. Além disto, destaca-se a evolução das seguintes rubricas: do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que registrou crescimento de 8,7% (R\$ 86 milhões); o crescimento das Receitas do Sistema Único de Saúde - SUS foi da ordem de 20% vis-à-vis à elevação do atendimento da rede básica de saúde, em face da expansão da oferta de leitos e à variação das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (R\$ 24,2 milhões) utilizadas para a construção e/ou manutenção da malha rodoviária.

Despesas

Em 2016, o Maranhão continuou implementando políticas anticíclicas, em menor proporção, com o objetivo de gerar emprego e renda. Isso pode ser observado com os aumentos das principais naturezas de despesas, são elas: Despesa com Pessoal e Encargos - DPE, que registrou aumento de 6,6% (R\$ 482 milhões), Custeio que cresceu 12,9% (R\$ 651,8 milhões) e os Investimentos que subiram 48,2% (R\$ 452,9 milhões) , na comparação com 2015. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 11 - Evolução das principais despesas públicas do Estado do Maranhão entre 2014 a 2016, por Natureza de Despesa.

Despesa com Pessoal

No tocante à Despesa com Pessoal - DP, o Maranhão, em 2016, adotou diversas medidas com o objetivo de valorizar os servidores públicos, tais como: promoções, gratificações, recomposições salariais etc.



A Secretaria de Educação - SEDUC e os Militares apresentaram a maior fatia do montante de R\$ 29,6 milhões de incentivos aos servidores públicos do Estado. Nas demais Secretarias do Poder Executivo, registrou-se o montante de R\$ 223 mil.

Na ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a DP em relação à Receita Corrente Líquida - RCL apresentou retração de 3,8 pontos percentuais na comparação do terceiro quadrimestre do Exercício de 2016 com o mesmo período de 2015. Além disso, o patamar do terceiro quadrimestre de 2016 é equivalente ao primeiro quadrimestre de 2015 (39,2%). Assim, cumpre mencionar que essa diminuição ocorreu por conta do aumento da RCL, via crescimentos do ICMS e do FPE (Repatriação), que saiu de R\$ 10,8 bilhões, no primeiro quadrimestre, para R\$ 12,4 bilhões no terceiro quadrimestre de 2016.

Investimentos e Inversões financeiras

O ano de 2016, em termos fiscais, foi difícil para todos os Estados da Federação. O Maranhão, por meio da revisão do portfólio do novo Programa Mais IDH junto ao BNDES e da gestão de fluxo de caixa, obteve crescimento de 48,2% nos Investimentos, em termos nominais, perfazendo o valor de R\$ 1,39 bilhão neste exercício analisado, ante a retração observada em 2015 (-39,2%).

Com os recursos do BNDES, foi empenhado o valor de R\$ 653 milhões. Até o final deste exercício serão computadas 140 obras concluídas e mais 120 iniciadas. Em 2016, o investimento na área da Saúde foi de aproximadamente R\$ 32 milhões. Para 2017, está previsto um desembolso da ordem de R\$ 65 milhões, aplicados em obras já em andamento: construção de oito hospitais, com destaque para o Hospital do Servidor, que irá oferecer 206 novos leitos; construção de outros sete hospitais, sete centros de hemodiálise e uma maternidade.

Os Investimentos em Educação foram da ordem de R\$ 13 milhões, tendo sido entregues 20 escolas reformadas. Em 2017, está previsto o início de mais 140 obras, com a expectativa de beneficiar aproximadamente 7 mil alunos em 100 municípios.

Por fim, na área de Desenvolvimento Social, foram concluídas 47 obras entre Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Para 2017, a previsão é concluir mais 42 unidades. Além dessas obras, está prevista a criação de 30 Cozinhas Comunitárias que irão beneficiar 7.350 pessoas com almoço, a preço popular. Essas cozinhas irão oferecer orientação nutricional, cursos de gastronomia e atividades físicas e educativas.

A síntese das principais despesas por função pode ser vista na Tabela 12. Dentre as funções em destaque, Saúde e Educação apresentaram as maiores participações com 6,09% (R\$ 69,1 milhões) e 7,43% (R\$ 84,3 milhões) em 2016. Do mesmo modo, essas funções apresentaram crescimentos significativos com 58,6% (R\$ 25,5 milhões) e 152,3% (R\$ 50,9 milhões) entre 2016 e 2015, respectivamente. Na função Segurança, houve retração de 18,8% (R\$ 7,0 milhões). Por outro lado, a Administração (contemplando a SEFAZ) registrou alta de 4,6% (R\$ 2,0 milhões) quando comparados os anos de 2016 e 2015. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 12 - Despesas das principais funções entre 2014 e 2016.

Com os recursos das Fontes Tesouro e Outras Fontes, os focos dos gastos com Investimentos estão relacionados ao objeto fora do escopo do contrato com o BNDES, respeitando os princípios legais. Esses gastos totalizaram R\$ 739 milhões nesse ano avaliado.

Custeio

No tocante à manutenção da máquina pública, as Outras Despesas Correntes - ODC, no exercício de 2016, apresentaram um comportamento diferente em relação ao ano de 2015, uma vez que registraram crescimento de 12,9% em termos nominais, contra uma retração de 0,5% no período anterior.

Excluindo as despesas Transferências aos Municípios e o pagamento de Sentenças Judiciais, o "Custeio Puro" configurou-se por uma elevação de 7,81%, em termos nominais, perfazendo um gasto de R\$ 3,87 bilhões, valores próximos ao Índice de Inflação registrado para o ano de 2016 (IPCA 6,29%).

Vinculações Constitucionais



Com relação ao comportamento dos gastos das áreas da Educação e Saúde, observou-se incrementos em termos nominais, tal como nos anos anteriores. Entretanto, na apuração da relação entre essas despesas e a RLI, houve aproximação dos limites preestabelecidos constitucionalmente em cada área. Na Educação, em 2016, os valores empenhados alcançaram o percentual de 26,58%, perfazendo o total de gastos em R\$ 3,1 bilhões. No tocante a Saúde, segue-se a mesma lógica da Educação. Nesse exercício analisado, este setor respondeu por 12,37%, seguindo a mesma RLI outrora mencionada.

Ajuste Fiscal dos anos de 2015 e 2016

No âmbito das receitas, além do aumento da alíquota de ICMS, foram implementadas diversas medidas de cunho tributário, o que proporcionou crescimento recorde de arrecadação em território nacional. Além disso, foi aprovada a Lei Complementar Nº 151, gerando, assim, receita adicional (Depósitos Judiciais), a qual foi utilizada para pagamento de Precatórios.

Outrossim, pela ótica das Despesas, o Estado do Maranhão continuará os trabalhos já iniciados no Exercício de 2015, com vistas à eficiência da máquina pública, por intermédio do Comitê Gestor, através das revisões e do acompanhamento dos contratos celebrados pelo Estado e as Empresas prestadoras de serviços. Em 2016, a dívida do Estado foi renegociada por meio da Lei Complementar Nº 148, o que suscitou mais recursos para alocação nas áreas mais carentes da sociedade.

O Exercício Fiscal de 2017 será tão desafiador tal como o ano de 2016. Desse modo, o Estado do Maranhão estabeleceu diversas medidas, tanto nas Despesas quanto nas Receitas.

Do lado da Despesa, é mister mencionar a assinatura da Carta dos Governadores pelo Chefe do Executivo maranhense, na qual o mesmo se comprometeu a reduzir os gastos com Pessoal e Encargos, bem como o Custeio da máquina pública. Ao mesmo tempo, considerando as fontes de financiamento, não descarta aumentar a alíquota de contribuição dos servidores, uma vez que as Despesas com a Previdência Social se demonstram deficitárias no curto prazo (horizonte de 2 anos), e aumentar a alíquota de ICMS dos setores não produtivos.

3. Projeções fiscais

O Estado do Maranhão realiza, anualmente, considerando o horizonte de 3 anos, simulações tanto do lado das Receitas quanto, das Despesas a fim de atender as exigências da União acerca do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (2016-2018). Na Tabela 13, será exposto o demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL principais variáveis da Dívida Consolidada - DC e suas projeções. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 13 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL entre 2014 e 2017.

Com as expectativas de aumento nas operações de crédito em andamento (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e previstas (BID, FIDA), a tendência é que haja aumento tanto da DC como a DCL para 2017. Já em 2018, somente a DCL tende a ser retraída por conta do aumento da disponibilidade de caixa considerada no último ano do atual governo. No que se refere a RCL, cumpre destacar que a expectativa de crescimento para 2017 e 2018, quando comparado com 2016, tende a perder força, mesmo com os recursos oriundos da Repatriação, aumento das alíquotas de ICMS, diminuição da renúncia fiscal e da retomada gradual do crescimento do nível de atividade econômica.

De acordo com as Tabelas 14 e 15, destaca-se a retomada do crescimento do volume de investimentos a partir de 2015. Em 2015, o valor ficou abaixo de um bilhão por ter havido reprogramação dos investimentos por conta da nova gestão administrativa. Quando relacionado com o Produto Interno Bruto - PIB, verifica-se percentual médio de aplicação de 1,3% entre 2015 e 2017. No que se refere ao Custeio, o percentual médio é de 6,4% para o mesmo período, evidenciando, os esforços para manutenção da máquina pública em consonância com a agenda Federal e atual conjuntura de austeridade fiscal. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 14 - Indicadores Econômico-Fiscais e Projeções - 2013-2017 e Tabela 15 - Indicadores Econômico-Fiscais e Projeções - 2014-2017.

Nesse sentido, adotou-se como estratégia nos últimos anos, realizar Operações de Crédito com o intuito de fomentar os investimentos, visando o desenvolvimento social e econômico do ente, para não onerar os recursos do Tesouro Estadual. Fica evidente, pelas projeções do PAF para os próximos 3 anos (2016-18), a necessidade de financiamento do Estado por causa dos os déficits sucessivos tanto de Resultado Primário quanto Nominal (Necessidade de Financiamento Bruta). Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 16 - Resultado Primário e Necessidade de Financiamento na metodologia do PAF entre 2016 e 2018.



O PROFISCO II que trata da Modernização do Sistema Tributário bem como atua também no sentido de melhorar a eficiência da máquina pública, com foco na qualidade do gasto, tende a melhorar a gestão pública do Estado como um todo. Tais ações levam em consideração o Programa de Reestruturação de Ajuste Fiscal, do qual o Maranhão é parte integrante, e respeita os ciclos orçamentários e financeiros; com vistas a manter o equilíbrio fiscal de médio e longo prazo.

4. Avanços e resultados alcançados com o PROFISCO I

No período de 2010 a 2016, foram observados grandes avanços na gestão fiscal do Estado do Maranhão, financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. Alguns desses resultados alcançados são destacados a seguir:

(i) Elevação do nível da arrecadação do ICMS. O valor do ICMS arrecadado passou de R\$ 2.497,4 milhões em 2013 para R\$ 4.994,70 em 2015. Esse resultado decorreu, principalmente, das seguintes ações implementadas: (1) Cadastro de contribuintes na Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM); (2) Utilização de dados do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); (3) Modelo de fiscalização de estabelecimentos; (4) Modelo de fiscalização do trânsito de mercadorias; (5) Modelo de inteligência fiscal; (6) Implantação dos projetos do SPED - Nota fiscal eletrônica (NF-e), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Escrituração Contábil Digital (ECD); (7) Modelo de julgamento do contencioso e cobrança administrativa do crédito tributário; e (8) Projeção de Variáveis Econômico-Fiscais.

(ii) Fortalecimento da gestão para resultados, com 100% das unidades fazendárias funcionando com metas estabelecidas e avaliações periódicas de resultados;

(iii) Prazo médio de execução das ações de cobrança administrativa reduzido de 98 para 15 dias, com a revisão do modelo de cobrança administrativa;

(iv) Prazo médio entre a data da impugnação e a data do julgamento final do processo no âmbito administrativo reduzido de 1.260 para 450 dias;

(v) Estruturação do ambiente tecnológico e físico do cadastro sincronizado e do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, com o fortalecimento e ampliação da estrutura técnica da auditoria fiscal e rendimento médio anual de uma auditoria elevado de R\$ 75 mil em 2009 para R\$ 368 mil em 2015.

(vi) Programa de desenvolvimento de competências fazendárias implantado, com perfil de competências e habilidades de todo quadro de funcionários da SEFAZ e PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) identificados.

5. Diagnóstico

Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO ainda é preciso avançar no fortalecimento da gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS) dos estados, os dirigentes e técnicos do Governo do Maranhão identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

A. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Na área da governança fazendária, foram evidenciadas fragilidades relacionadas ao gerenciamento de riscos e controle interno, bem como na gestão dos projetos e processos da organização, pela inexistência de ferramentas de registro, execução, monitoramento e controle em meio eletrônico.



Na gestão para resultados, área que vem sendo trabalhada fortemente na SEFAZ/MA desde 2012, o maior problema apontado foi o ineficiente alinhamento da estrutura implementadora com a estratégia organizacional, principalmente com referência à tecnologia da informação, evidenciando a necessidade de uma matriz de contribuição como suporte para a pactuação dos resultados.

No relativo à gestão de pessoas, apesar da Secretaria de Fazenda do Maranhão já ter desenvolvido seu modelo de Gestão por Competências e seu Modelo de Gestão do Conhecimento, o direcionamento estratégico e os procedimentos básicos da gestão de pessoas na administração fiscal mostraram-se deficientes.

Como já relatado acima, no setor de tecnologia da informação, o direcionamento estratégico da gestão de TI, bem como o planejamento estratégico da área, apresentam-se em estágio inicial, com problemas de alinhamento à estratégia da organização. Ademais, o monitoramento e a avaliação igualmente apresentaram necessidade de melhoramento, além de evidente recomendação para atualização do parque tecnológico, a fim de possibilitar o enfrentamento da demanda crescente de análise das grandes massas de dados.

Na estrutura de compras e contratações, o apoio aos processos finalísticos não tem cumprido satisfatoriamente seu papel na estrutura implementadora, por deficiências verificadas nos processos de planejamento, execução, controle e auditoria das mesmas, tendo como causas a inexistência de planejamento de compras alinhado aos objetivos organizacionais, a não utilização de banco de compras e de preços de referência e a incipiência dos processos de gestão de contratos.

B. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Na realização das atribuições da política tributária, o processo de consulta sobre interpretação da legislação tributária mostrou a baixa qualidade dos serviços de orientação ao contribuinte, por não disponibilizar as informações sobre as políticas e normas e seus resultados de forma acessível, por meio eletrônico.

No quesito das obrigações tributárias, mereceu registro a deficiência no monitoramento dos contribuintes dos setores especializados, por conta de não contar ainda com unidade de monitoramento e controle dos mesmos oficializada na estrutura organizacional, pela baixa capacitação dos Auditores Fiscais nas especialidades e ainda pela deficiência na disponibilidade de ferramentas tecnológicas.

No planejamento da ação fiscal e no controle das mercadorias em trânsito, ficou evidenciada a não utilização da análise preditiva da receita e da brecha tributária, a não utilização de solução tecnológica para lidar com grandes volumes de dados não-estruturados, baixa utilização dos recursos tecnológicos para o controle das mercadorias em trânsito e carência de tecnologia de rastreamento de carga de veículos.

Na elevada litigiosidade no contencioso administrativo fiscal e no judiciário, mereceram destaque a morosidade no julgamento do contencioso na esfera administrativa, pela não utilização do processo eletrônico, e a inexistência de sistema integrado de gestão e controle dos procedimentos de inscrição e cobrança da dívida ativa.

Nos serviços ao contribuinte, ficou evidenciada a baixa eficiência no atendimento às demandas de serviços presenciais e virtuais acessíveis e resolutivos, pela inexistência de processo sistemático e objetivo de avaliação do serviço em seus múltiplos aspectos e pela carência de canais de assistência e informação aos clientes, considerando as tecnologias existentes no mercado.

Na gestão da cobrança do crédito tributário e no controle da arrecadação, ficou diagnosticada a baixa disponibilidade das funcionalidades dos serviços da arrecadação para o contribuinte, demonstrando a necessidade de disponibilização das aplicações da arrecadação no Sistema SEFAZ.net, com geração automática de relatórios gerenciais e acesso por parte dos contribuintes, como de incorporar ao sistema de carteira de cobrança os impostos IPVA e ITCD.

C. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

O planejamento e a execução orçamentária demonstraram deficiências na elaboração do planejamento da administração pública (incluindo PPA, LDO e LOA) e no acompanhamento da execução do mesmo, com planejamento não orientado para resultados, indicadores superficiais e acompanhamento limitado devido ao sistema de informação utilizado.



Na gestão contábil, o sistema de administração financeira não atende aos padrões de qualidade definidos nas melhores práticas, não permite a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira e tão pouco se integra ao sistema de arrecadação para o reconhecimento da receita.

A análise da área de custos e gasto público evidenciou a inexistência de procedimentos estratégicos para gestão de custos, pela ausência de gerenciamento estratégico e de procedimentos e metodologia para redução dos mesmos.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados, selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

A.Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Produto 1.1 Riscos operacionais monitorados. Otimizar a gestão dos processos operacionais e dos projetos na organização, por meio da implantação de ferramentas de registro, execução, monitoramento e controle, em meio eletrônico e integradas ao Sistema de Avaliação e Monitoramento da Estratégia - SAM; gestão de desempenho e dos riscos operacionais dos processos com estratégias de mitigação; e padronização e institucionalização do gerenciamento de portfólio e dos projetos com o registro, monitoramento e controle.

Produto 1.2 Gestão para resultados fortalecida. Alinhar a estrutura implementadora e massificar a cultura de gestão para resultados, por meio da revisão dos objetivos organizacionais; definição da matriz de contribuição; priorização de recursos baseada no alinhamento estratégico; fortalecimento do monitoramento de metas e da avaliação dos resultados; revisão e otimização de indicadores e metas; estabelecimento mecanismos de remuneração, reconhecimento e incentivo (voltados para a execução da estratégia) e Investimento nas habilidades e no conhecimento dos colaboradores.

Produto 1.3 Gestão estratégica de pessoas implantada. Definir e implementar o modelo de gestão estratégica de pessoas para SEFAZ.

Produto 1.4 Gestão da tecnologia da informação e capacidade tecnológica aperfeiçoadas. Elaboração do PDTI da SEFAZ; documentação dos sistemas legados; recodificação do legado em novas tecnologias de SW; gestão automatizada do ciclo de atendimento às demandas para TI; incorporação de novas tecnologias (BIG DATA, LINK DATA); aquisição de soluções hiperconvergentes; aquisição de soluções de BI aderentes à soluções integradas por ontologias e agentes de software; ampliação da solução de supercluster; reforço do sistema de contingência (energia elétrica); capacitação dos técnicos.

Produto 1.5 Modelo de gestão de contratos administrativos implantado. Desenvolver e implantar o modelo de gestão e fiscalização de contratos administrativos.

B.Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Produto 2.1 Política e gasto tributário otimizados. Implantar mecanismo de busca avançada à legislação tributária.

Produto 2.2 Grandes contribuintes monitorados. Consolidar a implementação da Especialização dos setores de energia, comunicação, comércio exterior e combustível; Capacitação dos Auditores Fiscais. Incremento de ferramentas tecnológicas para dar velocidade e segurança nos procedimentos fiscais.



Produto 2.3 Fiscalização e inteligência fiscal aperfeiçoados. Desenvolver e implantar sistema de planejamento, execução, controle e avaliação da ação fiscal; automatização do Passe Fiscal Interno com dados do MDF-e; redefinir o modelo de fiscalização do trânsito de mercadorias, contemplando a automatização do Passe Fiscal Interno com dados do MDF-e; a automatização do cálculo do imposto devido nos DF-e; a definição e implantação de vistoria mobile; - Implantação do Controle das operações interestaduais - canal verde pt 51/2015 e o aparelhamento das unidades fiscalizadoras.

Produto 2.4 Contencioso fiscal aperfeiçoado. Aperfeiçoar os procedimentos nas instâncias julgadoras administrativas, por meio do redesenho de processos organizacionais; capacitação dos auditores para melhor instrução dos autos e dos julgadores para utilização dos sistemas de informação; revisão da estrutura organizacional, com vistas à implantação de uma área de apoio técnico-normativa; aparelhamento dos postos de trabalho; desenvolvimento de solução informatizada de apoio aos julgadores; elaboração de Manuais eletrônicos.

Integrar o Contencioso Judicial, contemplando o controle, gestão e visão sistêmica de todos os processos envolvendo SEFAZ e PGE, em todas as suas fases que em que esteja sendo discutido o crédito tributário; análise do perfil da dívida ativa e amplo cruzamento de dados; execução do crédito tributário em lote com vistas ao aumento da produtividade; qualificação/capacitação do pessoal; utilização de tecnologia adequada (hardware e software) que integre o Processo Administrativo Fiscal Eletrônico PAF-e/SEFAZ ao Processo Judicial, seja ele Eletrônico (Pje) ou Físico (THEMIS); Aquisição da estrutura.

Produto 2.5 Modelo de assistência integral ao contribuinte consolidado. Consolidar o modelo de assistência integral ao contribuinte, por meio do aperfeiçoamento e consolidação do modelo de gestão; estrutura organizacional; desenvolvimento de aplicações; e infraestrutura física e tecnológica.

Produto 2.6 Serviços de cobrança e arrecadação disponibilizados no SEFAZ.net. Disponibilização das aplicações da arrecadação no Sistema SEFAZ.net com geração automática de relatórios gerenciais e acesso por parte dos contribuintes; otimizar os processos e sistemas da arrecadação, por meio da disponibilização das aplicações da arrecadação no Sistema SEFAZ.net, com geração automática de relatórios gerenciais e acesso por parte dos contribuintes; definir e implantar o modelo de gestão do ITCD.

C.Administração Financeira e Gasto Público

Produto 3.1 Modelo de planejamento estadual implantado . Investimentos em capacitação de servidores; Contratação de consultoria para auxílio na elaboração de planejamento da administração pública; Implantação de Sistema capaz de oferecer maior nível de detalhamento da execução .

Produto 3.2 Sistema integrado de planejamento e gestão fiscal implantado. Implantar sistema financeiro com possibilidade de realização de interoperabilidade seguindo os padrões e-PING, possibilidade de exportação e importação de dados e utilização dos padrões de acessibilidade da e-MAG; Capaz de realizar conciliação bancária de forma automatizada bem como ser capaz de emitir relatórios de detalhada e agregada, com possibilidade de utilização através da web.

Produto 3.3 Modelo de gerenciamento de custos definido. Contratação de consultoria para metodologia de gerenciamento de custos; Criação de central de custos; Implantação de sistema de custos capaz de cadastrar, comparar e emitir relatórios gerenciais

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os objetivos estratégicos do atual governo do Estado do Maranhão estão desenhados no Plano Plurianual-PPA 2016-2019, Lei nº 10.375 de 16/12/2015 e no Plano Estratégico da SEFAZ/MA 2016/2019, no Programa:

Programa 0212 - Administração da Política Tributária.

Objetivo: Promover o cumprimento das obrigações tributárias para contribuir com o desenvolvimento do Estado.

Código: 4461.0000 Produto: Educação Fiscal para a Cidadania

Código: 4459.0000 Produto: Arrecadação de Tributos Estaduais



Código: 4450.0000 Produto: Gestão do Programa

Código: 3106.0000 Produto: Adequação e Melhoria das Unidades da SEFAZ

Código: 3069.0000 Produto: Fortalecimento da Gestão Fiscal - PROFISCO

Código: 4512.0000 Produto: Capacitação Técnica da Administração Tributária

O PPA 2016-2019 foi elaborado a partir de um processo de participação popular consolidado através das chamadas "Escutas Territoriais" - em um total de 16 (dezesesseis) - em que as comunidades de todas as regiões do Estado, através de suas entidades representativas, contribuíram para a elaboração do Plano, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento-SEPLAN e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDHPOP.

Partindo da realidade socioeconômica do Maranhão, o norte estratégico do Governo do Estado foi o desenvolvimento socioeconômico, com foco na elevação do IDH estadual no período alcançado pelo PPA 2016-2019. Nos seus objetivos e metas, o desenvolvimento socioeconômico das áreas com maior vulnerabilidade social é a chave para a melhoria dos indicadores. O objetivo estratégico é o desenvolvimento sustentável, onde eventuais políticas anticíclicas - em função da crise atual - não são conflitantes com o objetivo geral anteriormente especificado.

O projeto PROFISCO II está profundamente vinculado ao cumprimento do objetivo estratégico do Estado, que é o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O PROFISCO II se destina a continuar a modernização da administração tributária estadual com foco em seus resultados. A conclusão inequívoca é que esse Projeto é extremamente consistente com os documentos estratégicos do Estado, expressos fundamentalmente no PPA 2016-2019 e LOA 2016.

2. Projeto

2.1. Título

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão - PROFISCO II MA

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II MA

2.3. Mutuário

Estado do Maranhão

2.4. Tipo Operação

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes do mapa estratégico da SEFAZ para incremento da receita própria e manutenção do equilíbrio fiscal do estado.

São objetivos específicos do Projeto:

- Fortalecer a gestão para resultados e a governança da SEFAZ/MA, otimizando o alinhamento da estrutura para alcance dos objetivos pactuados.

- Fortalecer a gestão integral das obrigações tributárias, com o melhoramento do desempenho da administração tributária, buscando alcançar o potencial contributivo e excelência na assistência ao contribuinte.



- Fortalecer a gestão da administração contábil e financeira, para o aumento da eficiência no planejamento orçamentário, maior controle no acompanhamento da execução do mesmo e gerenciamento estratégico de custos.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Incremento do alcance das metas estratégicas pactuadas no PE 2016/2019 ? Alcance das metas pactuadas no PE 2013/2015	Nota Geral da Gestão apurada no SAM-Sistema de Monitoramento e Avaliação	Nota	6,00	7,00
Incremento anual da arrecadação total do estado	Arrecadação do ano base (2016) vezes 1,05. Mesma operação até 2021	%	6.676.000.000,00	27,62
Eficiência operacional na geração de demonstrativos contábeis	Data de publicação dos demonstrativos contábeis - Data legal prevista para publicação dos demonstrativos contábeis (em dias)	Dias	30,00	

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO DO PROJETO	380.000,00
P - A1 - Monitoramento e avaliação	200.000,00
P - A2 - Auditoria	180.000,00
C - I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	17.650.000,00
P - P1.1 Riscos operacionais monitorados	250.000,00
P - P1.2 Gestão para resultados fortalecida	130.000,00
P - P1.3 Gestão estratégica de pessoas implantada	1.140.000,00
P - P1.4 Gestão da tecnologia da informação e capacidade tecnológica aperfeiçoadas	15.950.000,00
P - P1.5 Modelo de gestão de contratos administrativos implantado	180.000,00
C - II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	15.870.000,00
P - P2.1 Política e gasto tributário otimizados	340.000,00
P - P2.2 Grandes contribuintes monitorados	200.000,00
P - P2.3 Fiscalização e inteligência fiscal aperfeiçoados	11.090.000,00
P - P2.4 Contencioso fiscal aperfeiçoado	1.540.000,00
P - P2.5 Modelo de assistência integral ao contribuinte consolidado	1.700.000,00
P - P2.6 Serviços de cobrança e arrecadação disponibilizados no SEFAZnet	1.000.000,00
C - III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	5.000.000,00
P - P3.1 Modelo de planejamento estadual implantado	600.000,00
P - P3.2 Sistema integrado de planejamento e gestão fiscal implantado	4.200.000,00
P - P3.3 Modelo de gerenciamento de custos definido	200.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO DO PROJETO

 P - A1 - Monitoramento e avaliação

 P - A2 - Auditoria

C - I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

 P - P1.1 Riscos operacionais monitorados

 P - P1.2 Gestão para resultados fortalecida

 P - P1.3 Gestão estratégica de pessoas implantada



P - P1.4 Gestão da tecnologia da informação e capacidade tecnológica aperfeiçoadas

P - P1.5 Modelo de gestão de contratos administrativos implantado

C - II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

P - P2.1 Política e gasto tributário otimizados

P - P2.2 Grandes contribuintes monitorados

P - P2.3 Fiscalização e inteligência fiscal aperfeiçoados

P - P2.4 Contencioso fiscal aperfeiçoado

P - P2.5 Modelo de assistência integral ao contribuinte consolidado

P - P2.6 Serviços de cobrança e arrecadação disponibilizados no SEFAZnet

C - III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

P - P3.1 Modelo de planejamento estadual implantado

P - P3.2 Sistema integrado de planejamento e gestão fiscal implantado

P - P3.3 Modelo de gerenciamento de custos definido

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Devido à própria natureza do Projeto proposto, este prescinde de ações de desapropriação, reassentamento, serviços de obras ou contratação de pessoal.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado do Maranhão ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do estado do Maranhão, elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Na necessidade de manter o Estado com alguma capacidade de investimento, para atuar na direção da retomada do crescimento e não na do aprofundamento da recessão, reside o grande benefício para a sociedade do processo de modernização da administração tributária, que já rendeu resultados extraordinários com o PROFISCO I. O primeiro lugar do Brasil em termos de taxa de crescimento real da arrecadação possibilitou ao Governo estadual compensar a queda real da taxa de variação das transferências federais no biênio 2015-2016 e, assim, garantir todos os seus compromissos, especialmente, o pagamento em dia de seus servidores e fornecedores, além da realização de um conjunto de obras e programas anticíclicos, que vêm atenuando a queda da demanda agregada, esta afetada, entre outras coisas, pelo aumento do desemprego em 2016 em relação a 2015.

Os benefícios para a sociedade, representados pela situação de solvência do Estado que continua executando todas as suas políticas públicas, é evidente. O benefício para os contribuintes, que passam a trabalhar com um controle maior, com regras claras e sistemas transparentes, mais acessíveis e amigáveis, reside na possibilidade de planejar as estratégias empresariais no médio e longo prazos e contarem com um Estado que realiza investimentos e demanda serviços e produtos do mercado, pela solidez de sua situação fiscal. O benefício para a Gestão é poder contar com a receita necessária, (ainda que não suficiente) para a execução das políticas públicas sob sua responsabilidade, em um ambiente de estabilidade política que só a situação de adimplência pode permitir.

Ademais, a participação de dois órgãos governamentais estruturantes para a situação fiscal do estado, (i) Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), para a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira e Gasto Público, e (ii) Procuradoria Geral do Estado - PGE, com a integração do Contencioso Judicial Fiscal, por meio do PAF-e, corrobora para a importância do programa para a sociedade como um todo e para os contribuintes e a gestão pública em particular, além de estar perfeitamente coadunado com os objetivos estratégicos do Estado - desenvolvimento e diminuição das desigualdades sociais - inscritos no PPA 2016-2019.



2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	35.000.000,00	1,00	35.000.000,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	3.900.000,00	1,00	3.900.000,00
Total:			38.900.000,00		38.900.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Não se aplica



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado Maranhão. O monitoramento e avaliação do processo e dos resultados será realizado pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II MA, conforme segue: (i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo; (ii) adequação e credenciamento de sistemas nacionais para prestação de contas (SCO); e, (iii) utilização de escritório de projetos da SEFAZ para gestão de portfólios e monitoramento de metas e indicadores do plano estratégico e dos projetos da SEFAZ.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimentos operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto (ANEXO TÉCNICO 3) descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

4.2. Execução/Executores

Executor: Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
Representante Oficial: Marcellus Ribeiro Alves
Endereço da Sede: Av. Professor Carlos Cunha s/n Calhau - São Luís
Telefone: 9832277396
CNPJ: 03.526.252/0001-47

Fax: 9832275548
UF: MA

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		BID	CF									
C - GESTÃO DO PROJETO	380.000,00	40.000,00		85.000,00		85.000,00		85.000,00		85.000,00		380.000,00
P - A1 - Monitoramento e avaliação	200.000,00	40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		40.000,00		200.000,00
P - A2 - Auditoria	180.000,00			45.000,00		45.000,00		45.000,00		45.000,00		180.000,00
C - I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	17.650.000,00	4.440.000,00		3.440.000,00		3.370.000,00		3.200.000,00		3.200.000,00		17.650.000,00
P - P1.1 Riscos operacionais monitorados	250.000,00	100.000,00		100.000,00		50.000,00						250.000,00
P - P1.2 Gestão para resultados fortalecida	130.000,00	50.000,00		50.000,00		30.000,00						130.000,00
P - P1.3 Gestão estratégica de pessoas implantada	1.140.000,00	340.000,00		200.000,00		200.000,00		200.000,00		200.000,00		1.140.000,00
P - P1.4 Gestão da tecnologia da informação e capacidade tecnológica aperfeiçoadas	15.950.000,00	3.950.000,00		3.000.000,00		3.000.000,00		3.000.000,00		3.000.000,00		15.950.000,00
P - P1.5 Modelo de gestão de contratos administrativos implantado	180.000,00			90.000,00		90.000,00						180.000,00



C - II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	15.870.000,00	885.000,00		4.270.000,00		4.385.000,00		3.630.000,00		2.700.000,00		15.870.000,00
P - P2.1 Política e gasto tributário otimizados	340.000,00	85.000,00		170.000,00		85.000,00						340.000,00
P - P2.2 Grandes contribuintes monitorados	200.000,00	50.000,00		100.000,00		50.000,00						200.000,00
P - P2.3 Fiscalização e inteligência fiscal aperfeiçoados	11.090.000,00			2.500.000,00		3.000.000,00		3.090.000,00		2.500.000,00		11.090.000,00
P - P2.4 Contencioso fiscal aperfeiçoado	1.540.000,00	250.000,00		500.000,00		500.000,00		290.000,00				1.540.000,00
P - P2.5 Modelo de assistência integral ao contribuinte consolidado	1.700.000,00	250.000,00		500.000,00		500.000,00		250.000,00		200.000,00		1.700.000,00
P - P2.6 Serviços de cobrança e arrecadação disponibilizados no SEFAZnet	1.000.000,00	250.000,00		500.000,00		250.000,00						1.000.000,00
C - III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	5.000.000,00	300.000,00	840.000,00	300.000,00	1.680.000,00	300.000,00	1.380.000,00	100.000,00		100.000,00		5.000.000,00
P - P3.1 Modelo de planejamento estadual implantado	600.000,00	300.000,00		300.000,00								600.000,00
P - P3.2 Sistema integrado de planejamento e gestão fiscal implantado	4.200.000,00		840.000,00		1.680.000,00	300.000,00	1.380.000,00					4.200.000,00
P - P3.3 Modelo de gerenciamento de custos definido	200.000,00							100.000,00		100.000,00		200.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

Os riscos quanto à execução do Projeto estão no âmbito da governabilidade do Governo do Estado do Maranhão o que minimiza possíveis externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre a execução do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o Planejamento Estratégico da SEFAZ e PPA estadual (2016-2019) e em consequência com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo estado.

5.8. Execução/Contatos

CPF: 377.156.313-53 Nome: Flávio Dino de Castro e Costa Orgão: Governo do Estado Estado: Estado do Maranhão Endereço: Av Dom Pedro II SN Palácio dos Leões - Centro CEP: 65010-070 Cargo: Governador do Estado Telefone: 98 21089220 Celular: 98 987152828	Município: MUNICIPIO DE SAO LUIS E-mail: gabinete.gov@governadoria.ma.gov.br Fax: 98 21089019 Tipo: Titular
---	--

CPF: 528.895.213-20 Nome: Marcellus Ribeiro Alves Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda Estado: Estado do Maranhão Endereço: Av Carlos Cunha SN - Calhau - Ed Dep Luciano Moreira CEP: 65076-820 Cargo: Secretário de Estado Telefone: 98 32199029 Celular: 98 991422172	Município: MUNICIPIO DE SAO LUIS E-mail: marcellus.alves@sefaz.ma.gov.br Fax: 98 32275548 Tipo: Substituto
--	---

CPF: 128.940.103-97 Nome: Myrthes Barbosa Frota Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda Estado: Estado do Maranhão Endereço: Av Carlos Cunha SN Calhau Ed Dep Luciano Moreira CEP: 65076-820 Cargo: Coordenadora Geral Telefone: 98 32199028 Celular: 98 991981911	Município: MUNICIPIO DE SAO LUIS E-mail: myrthes@sefaz.ma.gov.br Fax: 98 32275548 Tipo: Técnico
--	--